



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Presidência da República

“Preparando Moçambique para a era do gás natural”

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasão do Seminário sobre Fundo Soberano, organizado pelo Banco de Moçambique em parceria com o Fundo Monetário Internacional

Maputo, 27 de Março de 2019

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhor Governador do Banco de Moçambique;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia de República;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Ilustres Membros do Corpo Diplomático e Representantes e Organizações Internacionais;

Caros Representantes de Bancos Centrais do Reino da Noruega, Trinidad e Tobago, Timor Leste e Botswana;

Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique;

Caros Empresários, Representantes de Instituições Financeiras e de Organizações da Sociedade Civil;

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com elevada honra que, em nome do Governo de Moçambique e em meu nome pessoal, me dirijo a todos os presentes neste importante seminário, sobre uma temática relevante e actual para todos os moçambicanos, **“Preparando Moçambique para a era do gás natural”**.

Antes de mais, gostaria de felicitar ao Banco de Moçambique e ao Fundo Monetário Internacional, pela organização deste importante evento e por terem reunido esta importante assembleia que integra fazedores de políticas públicas, profissionais, académicos e sociedade civil para discutir esta inadiável e incontornável temática para o nosso País.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como é do conhecimento de todos, o nosso país foi abençoado por uma abundante riqueza em recursos minerais, quer no solo, como no sub-solo. A título ilustrativo, as estimativas apontam que o país possui na bacia do Rovuma reservas no subsolo em torno de 270 triliões de pés cúbicos de gás natural, o que nos torna detentores de uma das maiores reservas mundiais.

Para além do gás natural temos ainda o carvão mineral, grafite, as areias pesadas, o ouro e pedras preciosas, para citar alguns exemplos.

Depois do acordo recentemente firmado entre o governo e as grandes empresas de investimento directo estrangeiro no sector de gás, é com enorme satisfação que temos vindo a acompanhar as notícias de estabelecimento de parcerias entre essas companhias e os seus futuros compradores.

Adicionalmente, temos vindo a receber sinais cada vez mais claros e consistentes sobre as decisões de investimento das companhias

concessionárias, o que permite perspectivar que o início das actividades de exploração do gás natural está cada vez mais próximo. É neste contexto que assumimos ser este o momento oportuno para iniciarmos uma reflexão profunda, como nação, sobre como devemos gerir as receitas que provirão dessa exploração que se avizinha como forma de preparar o país.

Desta forma, Distintos Convidados, permitam-me que partilhe a nossa visão sobre como devemos gerir os nossos recursos.

O nosso princípio é de que os recursos minerais são pertença de todo o povo moçambicano, pelo que os benefícios devem ser partilhados por todos os moçambicanos, desta geração e das gerações vindouras. Devemos usar desta oportunidade para fazermos a transformação que a nossa economia precisa para crescer de forma robusta, sustentável e inclusiva, elevando os padrões de desenvolvimento do nosso povo.

A esse respeito, importa analisar as circunstâncias e as práticas negativas que ocorreram nos vários países produtores de petróleo e de gás natural, por forma a evitar cometer os mesmos erros que conduziram ao insucesso e, por vezes, ao desastre económico e social.

A maldição dos recursos ocorre quando os rendimentos gerados pela sua exploração são ilicitamente apropriados ou delapidados e/ou quando essas receitas apenas beneficiam um limitado grupo de interesses e não contribuem para alavancar e diversificar a economia do país.

Experiências internacionais também referem a ‘**doença holandesa**’ como maldição, na medida em que uma excessiva valorização cambial da moeda nacional em geral, induz a um efeito nocivo transversal a toda sociedade.

A valorização excessiva favorece a importação de bens de consumo, promove a desindustrialização e perda de competitividade da economia, gerando o desemprego, e prejudicando o crescimento do País.

A acontecer, isso incrementa o êxodo rural, pressiona a superlotação das cidades, com todas as suas consequências. A exportação de bens sem a sua transformação local não permite criar o efeito multiplicador que dinamize a economia local. O desenvolvimento estruturado do tecido económico e social local fica, assim, comprometido.

Não sendo bem utilizados, esses recursos podem gerar maiores desigualdades sociais e assimetrias regionais, aprofunda a natureza subdesenvolvida da economia e eleva os níveis de pobreza colocando, assim, em risco o equilíbrio social e económico, a harmonia e a paz.

Não queremos que Moçambique entre na lista daqueles países que, estando a explorar abundantemente os seus recursos minerais, os níveis de pobreza da população continuam elevados, acentuam-se as diferenças na distribuição da renda e esquece-se que há outros sectores na economia com potencial para crescer, ou que estes mesmos recursos podem ser fonte de conflitos.

Os grandes projectos de gás e de carvão e de outros minerais e produtos energéticos não são, em si, a solução para os problemas estruturais de Moçambique.

“Os benefícios decorrentes da sua exploração apenas constituirão benção para Moçambique, se uma parte dos seus rendimentos for preservada em benefício de gerações futuras, ao mesmo tempo que se utiliza, criteriosamente, parte das receitas geradas, para realizar investimentos

estruturantes, com vista a superar definitivamente os principais constrangimentos do país”.

A nossa estratégia para efectuar a almejada transformação deve ter em conta essencialmente três princípios. Primeiro, reconhecemos que esses recursos não estarão no subsolo para sempre, porque **eles se esgotam à medida da sua exploração**. Segundo, reconhecemos, igualmente, que apesar de possuímos grandes reservas confirmadas dos recursos minerais, o valor real das nossas receitas **em cada momento dependerá dos preços** praticados no mercado internacional, que estão fora do nosso controlo. Terceiro, reconhecemos ainda que, apesar de termos um défice enorme de infraestruturas, **a capacidade da nossa economia de receber muito dinheiro de uma só vez é limitada**.

Partindo do reconhecimento desses três aspectos, a nossa visão para que a exploração dos recursos beneficie a todos moçambicanos consiste na implementação de três mecanismos. Primeiro, na criação de um **mecanismo de poupança** para que nem tudo o que é extraído seja gasto. Segundo, na definição de uma **proporção das receitas que serão canalizadas, anualmente, ao Orçamento do Estado** para o financiamento da actividade do Estado, com destaque para o suprimento do défice de infraestruturas e financiamento às áreas sociais. Terceiro, a adopção de uma estratégia induzida para a **diversificação da nossa economia**, com destaque para aprofundamento do nosso sector agrícola.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sobre o **mecanismo de poupança das receitas de exploração**, achamos ser importante que a nossa geração assuma a responsabilidade de proteger também as gerações futuras.

Temos a responsabilidade de assegurar que aqueles que, eventualmente, não terão oportunidade de assistir ao actual processo de exploração, mas que sofrerão o impacto ambiental da mesma, beneficiem também dos resultados da exploração dos recursos.

Com um mecanismo de poupança bem estruturado e com padrões de gestão e de governação modernos, podemos transformar os ganhos decorrentes da exploração de recursos não renováveis em geração de recursos renováveis, que irão beneficiar, de forma perpétua, a nossa geração e as gerações futuras.

A poupança funcionará também como um amortecedor na estrutura das nossas receitas nos momentos em que os preços do gás no mercado internacional, que estão fora do nosso controlo, estiverem em baixa e quando esses recursos esgotarem no subsolo.

A experiência colhida da minha recente visita à Noruega e às Maurícias, mostra que existem, a nível internacional, modelos viáveis de poupança das receitas de exploração de recursos que beneficiam a toda a população em diferentes gerações, sem, no entanto, comprometer o suprimento das necessidades actuais de investimentos.

Um dos modelos de sucesso na gestão das receitas provenientes dos recursos naturais é a criação de um **Fundo Soberano**, já em funcionamento em várias regiões geográficas do mundo.

As reflexões sobre a constituição de um **Fundo Soberano** em Moçambique devem convergir para proteger e fomentar a diversificação económica.

Na sua configuração institucional, devem ser estudados modelos positivos e também estudadas as práticas negativas verificadas em instituições

similares, cujos recursos financeiros foram drenados para o enriquecimento ilícito dos seus gestores.

O **Fundo Soberano** deverá funcionar de forma independente, financeira e operacionalmente, com transparência e previsibilidade e no mais estrito cumprimento da sua lei fundacional.

Achamos também ser crucial a definição de uma proporção fixa da receita a ser canalizada anualmente ao Orçamento do Estado, porque permite garantir a realização dos investimentos necessários para reduzir o actual défice de infraestruturas e melhorar as condições de vida das populações na componente social e de desenvolvimento humano.

Precisamos de garantir que a nossa economia absorva, de forma paulatina, as dotações financeiras que vai recebendo em função da sua capacidade instalada.

Tenhamos as cautelas necessárias porque a injeção de recursos financeiros de uma única vez pode ser prejudicial à economia e não permitir que reflectamos, cuidadosamente, sobre os investimentos mais apropriados.

Por último, a diversificação da economia será o mecanismo para assegurar que não nos concentremos apenas no sector de recursos minerais, pois Moçambique tem outras potencialidades, incluindo actividades tradicionais. Com efeito, Moçambique, como temos vindo a dizer, possui uma localização geográfica privilegiada, com uma costa extensa que permite acesso ao mar aos países vizinhos. Possui um enorme potencial pesqueiro e turístico, extensões enormes de terras férteis para a prática de agricultura e um elevado potencial para a produção de energia hidroeléctrica, eólica e geotérmica.

Assim, parte significativa das receitas decorrentes dos recursos minerais deverá ser usada para alavancar esses sectores e espreitar o seu potencial para que comecem a gerar os benefícios almejados e impulsionar o crescimento da nossa economia rumo ao progresso.

Estamos em crer que com a implementação dessa estratégia, cujos pormenores devem passar, desde já, a ser objecto de reflexão em cada sector, iremos reduzir a actual proporção de moçambicanos que vivem abaixo da linha da pobreza, estimada em 46,1%, e reduzir as diferenças entre os mais pobres e os mais ricos que hoje é ainda elevada.

Minhas Senhora e Meus Senhores,

A estratégia, que acabo de sugerir e colocar ao debate do sector, assenta em, pelo menos, três pré-condições básicas sobre as quais temos vindo a trabalhar intensamente nos últimos anos e continuaremos a trabalhar para a sua materialização: **a manutenção da paz, a contínua melhoria do ambiente de negócios e a estabilidade macroeconómica.**

Em relação ao propósito de manutenção de uma paz duradoira, como é do vosso conhecimento, através do diálogo, alcançamos consensos sobre o pacote de **Descentralização** e estamos a trabalhar afincadamente no processo de **Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.**

Estamos a trabalhar arduamente para estancar os focos de violência na zona norte do país para garantir uma paz e tranquilidade efectivas e a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

Quanto à melhoria do ambiente de negócios, estamos a trabalhar nas diferentes frentes visando a atracção de investimentos e a criação de condições para tornar cada vez mais fácil e menos dispendioso fazer

negócios no nosso país para todas as categorias de investidores e empresários, tanto nacionais como estrangeiros, desde pequenos, médios e grandes e para todos os sectores da economia.

A melhoria observada *no ranking do doing business* de 2019, embora pequena, é o espelho do trabalho que temos vindo e continuaremos a empreender nesse sentido.

Relativamente à estabilidade macroeconómica, depois de um período conturbado entre 2015 e 2016, tudo fizemos para a sua restauração, tendo a inflação recuado drasticamente e estabilizado em níveis abaixo de 5%, o câmbio do Metical face ao Dólar recuperado consideravelmente e estabilizado em torno de 60 Meticais e as reservas internacionais incrementadas para níveis de 7 meses de cobertura das importações.

Paralelamente, a economia está a crescer a níveis moderados com uma base mais ampla de sectores, alinhada com a necessidade de garantir a diversificação da nossa economia.

Ilustres convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É nossa esperança que o Seminário contribua para clarificar o modelo de Fundo Soberano a ser adoptado por Moçambique, na medida em que os modelos em vigor nos vários países são diferentes.

Por isso, convidamos a todos a desenvolverem uma reflexão sobre os seguintes aspectos:

- Qual é o momento certo para a constituição do Fundo soberano?;

- Como conciliar as necessidades imediatas com necessidades futuras da geração vindoura?;
- Sobre as fontes das Receitas do Fundo Soberano;
- Quais são os grandes vectores das Despesas do Fundo Soberano?;
- Modelo da Segurança das Transacções;
- Áreas de Intervenção dos Investimentos;
- Qual é o melhor esquema de Fiscalização e Supervisão?;
- Uma visão clara sobre a Delimitação das Funções.

Ilustres Participantes!

Permitam-me que termine a minha intervenção, renovando os votos de boas-vindas a todos os participantes, na expectativa de que deste debate saiamos com ideias mais claras, como acabei de me referir, sobre as diferentes opções de política para a gestão das receitas de recursos minerais e estratégias de desenvolvimento da nossa economia. E coloquemos o país numa situação de prontidão para os desafios que o esperam.

Declaro, assim, aberto o Seminário de alto nível sobre “*Preparando Moçambique para a era do gás natural*”.

Muito obrigado pela atenção!